



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17779 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO-IFPE

Danielle de Farias Tavares Ferreira - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Janete Maria Lins de Azevedo - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO-IFPE

1. INTRODUÇÃO

ESTE ESTUDO TRATA DE RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA SOBRE A MATERIALIZAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (REFEPT), FOCANDO, DE MODO ESPECÍFICO, NA PROPOSIÇÃO E MATERIALIZAÇÃO DESSAS POLÍTICAS EM UMA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO QUE COMPÕE A REFERIDA REDE: NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (IFPE).

AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS SURTIRAM, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, A PARTIR DO RECONHECIMENTO DAS DESIGUAIS CONDIÇÕES DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE GRUPOS SOCIALMENTE DISCRIMINADOS NO SISTEMA EDUCACIONAL, NO MERCADO DE TRABALHO, NAS REPRESENTAÇÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS, DENTRE OUTROS ESPAÇOS. NA EDUCAÇÃO, O FOCO DESSAS POLÍTICAS TEM SIDO O COMBATE ÀS DESIGUALDADES NA ESCOLA PÚBLICA COM VISTAS A GARANTIR, ESPECIFICAMENTE, O DIREITO À EDUCAÇÃO.

RESULTADOS DE ESTUDO DE REVISÃO DA LITERATURA INDICARAM FORTE TENDÊNCIA DAS PESQUISAS DE TRATAREM AS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO SINÔNIMO DAS POLÍTICAS DE COTAS, PRIVILEGIANDO A ANÁLISE DAS MEDIDAS VOLTADAS PARA O INGRESSO DOS ALUNOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. NA PRESENTE INVESTIGAÇÃO, PARTIMOS DE UMA CONCEPÇÃO MAIS ABRANGENTE QUE CONSIDERA TANTO AS AÇÕES REFERENTES AO INGRESSO, COMO AS QUE SE DESENVOLVEM NO INTERIOR DA INSTITUIÇÃO INVESTIGADA VOLTADAS PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA

DOS ESTUDANTES COTISTAS.

PARA ALCANÇAR O OBJETIVO, ANTERIORMENTE CITADO, ALÉM DOS DELINEAMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS QUE GUIARAM TODOS OS PROCEDIMENTOS, INICIAMOS POR MAPEAR AS AÇÕES AFIRMATIVAS, MAIS ESPECIFICAMENTE NA REFEPT. EM SEGUIDA, CONTEXTUALIZAMOS A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA CONSIDERANDO AS PROPOSIÇÕES DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ESTAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.

EM CONTINUAÇÃO, INVESTIGAMOS A MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFPE E SUAS PRÁTICAS INCLUSIVAS VOLTADAS A ATENDER, PRINCIPALMENTE, OS SEGMENTOS ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E DE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. NESSA COMUNICAÇÃO IREMOS TRATAR, ESPECIFICAMENTE, DE RESULTADOS DA PESQUISA PROVENIENTES DE ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE O TEMA.

É NESTE CONTEXTO DE ANALISAR AS PRÁTICAS INCLUSIVAS DO IFPE, COMO INTEGRANTES DAS AÇÕES AFIRMATIVAS QUE TÊM REAFIRMADO A INSTITUIÇÃO ENQUANTO PROMOTORA DA DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES, QUE DELINEAMOS NOSSO PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO.

2. DISCURSO E MÉTODO: FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO ESTUDO

DURANTE O DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO, FIZEMOS USO DE TÉCNICAS DE PESQUISA QUE CONSOLIDOU NOSSO PERCURSO QUALITATIVO QUANDO REALIZAMOS A PESQUISA DOCUMENTAL DURANTE A COLETA DE DOCUMENTAÇÕES A ENVOLVER A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFPE, E NO MOMENTO QUE ADOTAMOS COMO TÉCNICA A PESQUISA DE CAMPO DE CUNHO EXPLORATÓRIO E DESCRITIVO.

OS ENCAMINHAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS ADOTADOS PARTIRAM DE ESTUDOS PRÉVIOS SOBRE O OBJETO INVESTIGADO, POSIÇÕES, PERSPECTIVAS E ENFOQUES ASSUMIDOS SEM SE FUNDAMENTAREM NUMA NEUTRALIDADE ACRÍTICA. COMBINAMOS ABORDAGENS DE UMA VERTENTE PÓS-ESTRUTURALISTA, A EXEMPLO DA ABORDAGEM CÍCLICA DE STEPHEN BALL, AO INVESTIGAR POLÍTICAS SOCIAIS, COM A PERSPECTIVA NEOMARXISTA TRAZIDA PELAS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA SOCIAL DO DISCURSO EM NORMAN FAIRCLOUGH, E DE SUA INCLINAÇÃO NEOMARXISTAS, AO ANALISAR CRITICAMENTE OS DISCURSOS.

EM SÍNTESE, O MODELO TRIDIMENSIONAL DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO INCLUIU A ANÁLISE DETALHADA DE TEXTOS E ENVOLVEU A ANÁLISE DOCUMENTAL DO ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL QUE EXPLICITAMOS MAIS ADIANTE.

2.1 O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES

OS ESTUDOS RELACIONADOS ÀS CATEGORIAS TEÓRICAS SOBRE O ESTADO SÃO IMPORTANTES QUANDO SE BUSCA ANALISAR UMA POLÍTICA EDUCACIONAL VOLTADA ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS DENTRO DO ESTADO-NAÇÃO LOCALIZADO EM UM CONTINENTE PERIFÉRICO. AUTORES COMO JESSOP (2017) CONSIDERARAM QUE NÃO HÁ UMA ESSÊNCIA QUANDO SE TRATA DESSA CATEGORIA, POIS O QUE SE TEM SÃO FERRAMENTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS A DAR SUPORTE NO ESTUDO DE SEU

FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

O QUE SE PERCEBE NA ANÁLISE DO ESTADO NACIONAL DE UM PAÍS PERIFÉRICO COMO O BRASIL SÃO AS VERTENTES DA TEORIA LIBERAL MODERNA E SUA CORRENTE CLÁSSICA DO LIBERALISMO SENDO ASSUMIDAS PELA VIA DA NOVA CONFIGURAÇÃO, PÓS 1980, INTITULADA DE NEOLIBERALISMO. A VERTENTE NEOLIBERAL E SEUS DISCURSOS SÃO EXPLICITAMENTE ENCONTRADOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS DEFENDIDAS POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS E DIRECIONADAS AOS PAÍSES PERIFÉRICOS.

POR ISSO, ESSA VERTENTE TEM SIDO CITADA PELOS CIENTISTAS SOCIAIS, QUE REVELARAM SUA INTENSIFICAÇÃO, DESDE A MODERNIDADE, E SEU PREDOMÍNIO NOS CONTEXTOS DE INFLUÊNCIA E DA PRÁTICA, INCLUSIVE NA PRÁTICA ESTATAL SOB FORTES INFLUÊNCIAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO. GENTILI (1996) CONSIDEROU QUE NO DISCURSO NEOLIBERAL É NATURALIZADO O PROCESSO COMPETITIVO COMO ORIGINÁRIO DA NATUREZA HUMANA. ESSA TENDÊNCIA TEM RESULTADO EM RELAÇÕES DE DESIGUALDADES, EXPLORAÇÃO E EXCLUSÃO ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS RETÓRICAS PRESENTES NAS POLÍTICAS ORIGINADAS DESTE PARADIGMA.

ALGUMAS DESSAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS PROMOVEM A CULPABILIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS PELO SEU INSUCESSO EM NÃO ALCANÇAR BOAS CONDIÇÕES DE VIDA, ALÉM DE DESPOLITIZÁ-LOS E APAGAREM SUAS MEMÓRIAS COLETIVAS SOBRE COMO DETERMINADOS GRUPOS SOCIAIS SOFRERAM E SOFREM COM AS DESIGUALDADES E A EXCLUSÃO HISTÓRICA. NESSA RETÓRICA, NÃO É O MODELO CAPITALISTA O CULPADO PELAS INTENSAS DESIGUALDADES, MAS OS PRÓPRIOS INDIVÍDUOS QUE NÃO TÊM AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA SE MANTEREM INSERIDOS NO SETOR PRODUTIVO.

NO QUE TANGE ÀS POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO E SEU ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS E EDUCACIONAIS, O QUE OBSERVAMOS NA LITERATURA LEVANTADA FOI A AMPLIAÇÃO DO DISCURSO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ENQUANTO SERVIÇO A SER COMERCIALIZADO E NORMALIZADO POR LEIS ESPECÍFICAS. OS RESULTADOS DA PRIVATIZAÇÃO GERARAM A REDUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO EM SUAS FUNÇÕES CLÁSSICAS DE PROVEDOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS, ENTREGANDO MUITAS DESSAS FUNÇÕES ÀS POSSIBILIDADES DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) OU ATÉ A LIVRE EXPLORAÇÃO COMERCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

OUTRO FATOR A SER DESTACADO É QUE AS REFORMAS EDUCACIONAIS RESULTANTES DE UMA ABORDAGEM NEOLIBERAL DISTRIBUEM DESIGUALMENTE AS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS AO CONCEBER AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CENTRADAS NA REPRODUÇÃO DO IDEÁRIO DA MERITOCRACIA, ISTO É, FOCADAS NA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES PELO ESFORÇO INDIVIDUAL E SEM A INTERVENÇÃO DO ESTADO.

SENDO ASSIM, A EDUCAÇÃO ASSUME O PAPEL ORA DE ATENUANTE DAS DESIGUALDADES SOCIAIS ORA DE MECANISMO EM PROL DA REPRODUÇÃO DESSAS MESMAS DESIGUALDADES. PARECEU-NOS RELEVANTE ENFATIZAR NOSSO ENTENDIMENTO SOBRE AS ABORDAGENS UTILIZADAS NA ANÁLISE DO ESTADO E DE SUAS POLÍTICAS SOCIAIS, HAJA VISTA TERMOS COMO FOCO UMA POLÍTICA SOCIAL ESPECÍFICA E QUE TRATA DO INGRESSO E DA PERMANÊNCIA DE DETERMINADOS GRUPOS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS DO CONTEXTO ESCOLAR.

A SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS (SIS) DO IBGE (2023), MAIS ESPECIFICAMENTE DO INDICADOR 'EDUCAÇÃO', APRESENTOU DADOS DE COMO AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS TÊM GERADO DÍVIDAS DE REPARAÇÃO NA FORMAÇÃO ESCOLAR DOS GRUPOS HISTORICAMENTE MARGINALIZADOS E, PORTANTO, OS ESTUDOS DE POLÍTICAS EM PROL DA INCLUSÃO DESSES GRUPOS TÊM SE INTENSIFICADO.

3 ANALISANDO O ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFPE

UM DOS PRINCIPAIS EIXOS DOS GOVERNOS CAPITANEADOS PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES (2003-2016) FOI À PRIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO QUE SE INCLUIU A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AOS INSTITUTOS FEDERAIS E, POR CONSEQUENTE, A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. É NESTE CONTEXTO QUE NOVAS ORIENTAÇÕES SÃO ASSUMIDAS PARA A POLÍTICA EDUCACIONAL DESSAS INSTITUIÇÕES.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FOI PAUTADA, PRINCIPALMENTE, PELA MUDANÇA DA HISTÓRICA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LIMITADA À FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E AOS ANSEIOS DO MERCADO. O TEXTO DA LEI DE CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS, E O DOCUMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC/MEC), QUE INSTRUI SOBRE AS CONCEPÇÕES E DIRETRIZES (BRASIL, 2008), APRESENTAM PRINCÍPIOS NORTEADORES E UMA VISÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PAUTADA EM PROMOVER A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PELA VIA DA INCLUSÃO.

ESSA TRANSFORMAÇÃO “FUNDA A IGUALDADE NA DIVERSIDADE SOCIAL, ECONÔMICA, E PROCURA ARTICULAR-SE COM AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA O TRABALHO E RENDA, O DESENVOLVIMENTO SETORIAL, AMBIENTAL, SOCIAL, DENTRE OUTROS” (BRASIL, 2008, P. 22). NESSA DIREÇÃO, PASSA A EXPRESSAR UM DISCURSO MAIS AMPLO A COMPREENDER A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENQUANTO “IMPORTANTE INSTRUMENTO DE POLÍTICA SOCIAL”, ASSUMIDA COMO AQUELA VOLTADA PARA A CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES, PARA A REDISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS, VISANDO À DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES.

CONSIDERAMOS QUE DESDE A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS O SEU ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL VEIO PROPICIANDO A ARTICULAÇÃO COM OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS, A EXEMPLO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS. CONFORME A TRAJETÓRIA DAS AÇÕES ENCONTRADAS NO IFPE, O INGRESSO DOS ESTUDANTES TEM SIDO GARANTIDO POR MEIO DO SISTEMA DE COTAS, QUE VEM SENDO EFETIVADO DESDE O ANO DE PROMULGAÇÃO DA LEI DE COTAS (EM 2012). O AUMENTO EXPRESSIVO DO PERCENTUAL DESSE TIPO DE VAGAS NO IFPE, ANO APÓS ANO, TAMBÉM FOI EVIDENCIADO.

O IFPE TAMBÉM MATERIALIZA A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA NA OFERTA DE SEU ENSINO MÉDIO. NA INVESTIGAÇÃO AINDA IDENTIFICAMOS QUE A INSTITUIÇÃO POSSUI QUATRO NÚCLEOS ATIVOS NO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES VOLTADAS ÀS TEMÁTICAS INCLUSIVAS E QUE CONSIDERAMOS AÇÕES DE NATUREZA SIMILAR. ESSES NÚCLEOS SÃO VINCULADOS À PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E SE COLOCAM COMO PERENES EM AÇÕES DE PERMANÊNCIA QUE ENVOLVAM AS SUAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS.

EM LINHAS GERAIS, VERIFICAMOS QUE AS TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFPE INICIAM COM O FOCO NO INGRESSO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE COTAS SOCIAIS E EM SEGUIDA DE COTAS RACIAIS, INSTITUÍDAS NACIONALMENTE. ASSIM COMO IDENTIFICAMOS NOS ESTUDOS DE REVISÃO SOBRE A TEMÁTICA, PARECE-NOS QUE QUANDO SE TRATA DA PERMANÊNCIA DESSE PÚBLICO COTISTA, AS AÇÕES NÃO SÃO MAIS NOMEADAS PELO TERMO 'AÇÃO AFIRMATIVA' E VEMOS ESSAS AÇÕES SEREM TIDAS POR AÇÕES DE INCLUSÃO, COMO SE AS MESMAS NÃO PUDESSEM SER CONSIDERADAS AFIRMATIVAS OU COMO SE AS AÇÕES AFIRMATIVAS FOSSEM APENAS RELACIONADAS À INSERÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA ESCOLA.

LIMITAR A AÇÃO AFIRMATIVA APENAS AO INGRESSO ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR OU NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL É IR CONTRÁRIO A CONCEBÊ-LA NUMA PERSPECTIVA MAIS AMPLA DENTRO DA ÁREA DE EDUCAÇÃO. NO LEVANTAMENTO DO CONTEXTO DE INFLUÊNCIAS DAS AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFPE OBSERVAMOS QUE A RELAÇÃO DOS NÚCLEOS DE INCLUSÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ESTA ÚLTIMA COM A CONCEPÇÃO DE POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS AINDA ESTÁ LIMITADO A UM ENTENDIMENTO DE QUE SE TRATA APENAS DO INGRESSO DA POPULAÇÃO NEGRA E INDÍGENA.

NA PESQUISA IDENTIFICAMOS OITO DOCUMENTOS PRODUZIDOS PELO IFPE, ATÉ O ANO DE 2023, QUE REGULAMENTAM AS AÇÕES AFIRMATIVAS. NESTA COMUNICAÇÃO, DAREMOS DESTAQUE À ANÁLISE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) EM SEUS PRINCIPAIS ACHADOS.

AS ANÁLISES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2022-2026 (IFPE, 2022) MOSTRARAM QUE NO ITEM SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL DESSA INSTITUIÇÃO É COLOCADA A POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS COMO A PRINCIPAL PROMOTORA DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES DE BAIXA RENDA NA REFEPT. O PDI ENFATIZA QUE ESSA POLÍTICA DE EXPANSÃO AMPLIOU O ACESSO A PARTIR DA INTERIORIZAÇÃO REGIONAL DESSAS INSTITUIÇÕES. POR ISSO, CONSIDERAMOS QUE NO PDI O TERMO 'AÇÕES AFIRMATIVAS' É COLOCADO NA ESTRUTURA TEXTUAL INTERACIONAL ^[1], ENQUANTO TEMA ACESSÓRIO.

IDENTIFICAMOS TAMBÉM QUE AÇÃO AFIRMATIVA FOI CONCEBIDA NO PDI COMO UMA POLÍTICA DE GARANTIA DE VAGAS AOS ESTUDANTES QUE POSSAM SER CONSIDERADOS COTISTAS, ISTO É, QUE SE ENQUADRAM NOS CRITÉRIOS DE RENDA OU EM CRITÉRIOS ÉTNICO-RACIAIS. A ANÁLISE DESSE FRAGMENTO EVIDENCIOU UMA PRESSUPOSIÇÃO TEXTUAL PELO USO DO TERMO "ALIADO A ESSAS INICIATIVAS". A INFORMAÇÃO IMPLÍCITA NOS FEZ SUBENTENDER QUE HÁ UMA ARTICULAÇÃO ENTRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS, FOCADAS NA GARANTIA DE VAGAS, E O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, DIRECIONADO À PERMANÊNCIA DESSES ESTUDANTES.

NESSE SENTIDO, O PDI NÃO EXPRESSA O ENTENDIMENTO DE QUE O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL SEJA CONSIDERADO PARTE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS PORQUE EXPLÍCITA UMA NOÇÃO DE ALINHAMENTO E COMPLEMENTARIDADE ENTRE AMBOS. MAIS ADIANTE ENCONTRAMOS TAMBÉM NO PDI UM QUADRO TRAZENDO OS TEMAS CENTRAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL QUE O IFPE ASSUME.

ESSA ANÁLISE FOI IMPORTANTE PORQUE UM DE NOSSOS QUESTIONAMENTOS FOI SE OS NÚCLEOS DE INCLUSÃO POSSUEM ARTICULAÇÃO OU PODEM SER CONSIDERADOS PARTE DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO IFPE. CONFORME NOSSA ANÁLISE ANTERIOR, O PDI COLOCA OS NÚCLEOS COMO INSTÂNCIAS ARTICULADAS ÀS AÇÕES AFIRMATIVAS, MAS NÃO OS CONSIDERA INCLUSOS NA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS. NA REALIDADE, A DEFINIÇÃO DA PRÓPRIA POLÍTICA É BASTANTE DIFUSA, POIS PREFERE UTILIZAR O TERMO: POLÍTICA DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE. SOBRE ESSA POLÍTICA, O IFPE BUSCOU EXPRESSAR OS CONCEITOS, E A PRODUÇÃO TEXTUAL SE APRESENTOU FAZENDO USO DA INTERTEXTUALIDADE QUANDO ESPECIFICOU QUAIS OUTROS TEXTOS ESTÃO SE DELINEANDO NA DEFINIÇÃO.

OS CONCEITOS DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE FORAM CONSIDERADOS COMO PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS A NORTEAREM AÇÕES DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS RESULTANTES DA FALTA DE ACESSO DAS MINORIAS A DIREITOS BÁSICOS, COMO O DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE. AINDA NESTE ITEM, IDENTIFICAMOS A CITAÇÃO DE DADOS ESTATÍSTICOS DO IBGE PARA REAFIRMAR OS ELEVADOS ÍNDICES DE DESIGUALDADES NA CAPITAL PERNAMBUCANA.

DENTRO DESSE TERRITÓRIO DE DESIGUALDADES ESTRUTURAIS EM PERNAMBUCO, O PDI REFORÇOU UM DOS OBJETIVOS DO IFPE, ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, E QUE DESDE SUA CRIAÇÃO SE COLOCA COMO INSTITUIÇÃO FOMENTADORA DA REVERSÃO OU DIMINUIÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E SOCIAIS. É A PARTIR DESTA ENTENDIMENTO QUE AS AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO NOVAMENTE CITADAS NO DOCUMENTO.

IDENTIFICAMOS AINDA QUE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ENVOLVE A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ESTAS JÁ NÃO SE RESTRINGEM À AMPLIAÇÃO DO INGRESSO À INSTITUIÇÃO. A PERMANÊNCIA DESSAS MINORIAS NA ESCOLA TAMBÉM É COMPREENDIDA COMO PARTE DESSAS AÇÕES AFIRMATIVAS QUE O IFPE TEM BUSCADO IMPLEMENTAR E QUE CONSTAM NESTE ITEM DO PDI SOBRE INCLUSÃO E DIVERSIDADE.

OUTRA CONSIDERAÇÃO IMPORTANTE SOBRE O DOCUMENTO DESTACADO É QUE SE COMPREENDE OS NÚCLEOS DE INCLUSÃO COMO PARCEIROS NA IMPLEMENTAÇÃO DESSAS AÇÕES AFIRMATIVAS, E LOGO NÃO SENDO PARTE DELAS. O PDI VAI AINDA MAIS ALÉM AO AFIRMAR A NECESSIDADE DE ARTICULAÇÃO DESSAS AÇÕES DE INCLUSÃO E DE DIVERSIDADE COM OS DIFERENTES SETORES DA INSTITUIÇÃO, SEJAM ELES AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL, OS PLANOS PEDAGÓGICOS DE CURSO (PPCs), E A POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL. NESSE ASPECTO, CAPTAMOS QUE PARA SE OFERTAR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, O IFPE CONSIDERA NECESSÁRIO ARTICULAR AÇÕES DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE COM AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA, SENDO ESTAS ÚLTIMAS IMPLEMENTADAS PELAS AÇÕES AFIRMATIVAS.

EM SÍNTESE, TODO O PANORAMA CONSTRUÍDO NA ANÁLISE PERMITIU-NOS CONSTATAR QUE A PRÓPRIA CRIAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SE COLOCOU COMO UMA POLÍTICA SOCIAL DE VIÉS INCLUSIVO E AFIRMATIVO. APESAR DE EXISTIR POUCAS POLÍTICAS NOMEADAS DE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO IFPE, QUANDO REALIZAMOS A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ENCONTRAMOS VÁRIAS AÇÕES QUE PODEM SER CONSIDERADAS DA MESMA

NATUREZA.

5 CONCLUINDO

PRODUZIMOS APONTAMENTOS DIRECIONADOS A UMA AÇÃO POLÍTICA QUE ALCANCE UM ESTADO DE APRIMORAMENTO SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS DENTRO DA REFERIDA INSTITUIÇÃO ANALISADA. A ANÁLISE NOS PERMITIU CRITICAR ASPECTOS DO DISCURSO ENCONTRADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL. NO ENTANTO, MESMO HAVENDO ASPECTOS A MELHORAR, NO QUE TANGE À PERENIDADE DO ACESSO DESSE PÚBLICO À EPCT OU UMA INCLUSÃO QUE EVIDENCIE AÇÕES DE PERMANÊNCIA ARTICULADAS COM A QUALIDADE NA FORMAÇÃO, MUITO SE AVANÇOU NA CONQUISTA DO DIREITO À EDUCAÇÃO POR ESSES SEGMENTOS.

AINDA QUE NÃO HAJA TOTAL TRANSPARÊNCIA NOS DOCUMENTOS SOBRE A ARTICULAÇÃO ENTRE INGRESSO E PERMANÊNCIA OU SOBRE A DEFINIÇÃO DO QUE, DE FATO, O IFPE CONSIDERA POR POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS, A NOSSA ANÁLISE APRESENTOU QUE VÁRIAS DAS AÇÕES ENCONTRADAS PODEM SER CONSIDERADAS AÇÕES DE CUNHO AFIRMATIVO.

REFERÊNCIAS

BALL, S.J. WHAT IS POLICY? TEXTS, TRAJECTORIES AND TOOLBOXES. **Discourse**, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993.

BOGDAN, ROBERTO C.; BIKLEN, SARI KNOPP. **INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO**. TRADUÇÃO MARIA JOÃO ALVAREZ, SARA BAHIA DOS SANTOS E TELMO MOURINHO BAPTISTA. PORTO: PORTO EDITORA, 1994.

BRASIL. **Lei Nº 13.409 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016** ALTERA A LEI NO 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, PARA DISPOR SOBRE A RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

_____. **LEI SOBRE O INGRESSO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO**. LEI Nº 12.711 DE 29 DE AGOSTO DE 2012.

_____. **LEI INSTITUI A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, CRIA OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**. LEI Nº 11.892 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

FAIRCLOUGH, NORMAN. **Discurso e Mudança Social** Coord. e pref. à ed. bras. I. Magalhães. Trad. I. Magalhães et al. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GENTILI, P. NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: MANUAL DO USUÁRIO. IN: GENTILI, P. (ORG.). **Escola S.A.: QUEM GANHA E QUEM PERDE NO MERCADO EDUCACIONAL DO NEOLIBERALISMO**. BRASÍLIA: CNTE, p. 9-49, 1996.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS**. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2023.

IFPE - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO. **RESOLUÇÃO Nº 137/2022**. APROVA O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2022-2026. RECIFE, 29 JUL. 2022.

JESSOP, BOB. **EL ESTADO: PASADO, PRESENTE Y FUTURO.** MADRID: LOS LIBROS DE LA CATARATA, 2017.

[1] Conforme Fairclough (2001), um dos elementos de análise textual é o controle interacional da estrutura de um texto, o qual envolve a descrição da organização textual, sua polidez e as características que contribuem na construção de identidades sociais.